d) Diocese de Óbidos;
 Titular: Douglas Sena dos Santos
 Suplente: Izis Anié de Paiva Cândia

e) Associação Agroextrativista dos moradores da Comunidade Jaramacaru e Região;
 Titular: Alberto Sampaio da Silva
 Suplente: Daniela Soares de Lima

f) Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana
 Titular: Juventino Pesirima Kaxuyana
 Suplente: Namofó Léo Kaxuyana Tiriyo

g) Associação dos Povos Indígenas;
 Titular: João Kaiuri Wai Wai
 Suplente: Jaime Xamen Wai Wai

h) Instituto de Pesquisa e Formação Indígena;
 Titular: Maria Denise Fajardo Pereira
 Suplente: Manuella Rodrigues de Sousa

i) Equipe de Conservação de Amazônia;
 Titular: José Hildeberto de Oliveira Lages
 Suplente: Fábio Resendes Rodrigues

j) Associação das comunidades remanescentes de quilombos do município de Oriximiná;
 Titular: Rogério de Oliveira Pereira
 Suplente: Josielson Santos da Costa

k) Instituto do Homem e Meio Ambiente;
 Titular: Regiane Souza Vilanova
 Suplente: Jakeline Ramos Pereira

Art. 4º O Presidente do Conselho consultivo da Floresta Estadual (FLOTA) do Trombetas é o gerente da Unidade de Conservação, conforme estabelece o Art.17 do Decreto Nº 4.340/2002 e inciso IX do art. 2º da Instrução Normativa IDEFLOR-Bio nº 001/2015, que, em suas faltas ou impedimentos, poderá ser substituído pelo (a) vice-presidente, designado pelo IDEFLOR-Bio.

Art. 5º Caberá ao (a) presidente do Conselho a designação dos conselheiros indicados, à Diretoria de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação - DGMUC/IDEFLOR-Bio a qual os nomeará para mandato de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 6º. Compete ao Conselho Consultivo da Floresta Estadual (FLOTA) do Trombetas, sem prejuízo das competências definidas no artigo 20 do Decreto Federal nº 4.340/2002:

I - manifestar-se sobre assuntos de interesse da Unidade de Conservação
 II-estimular o protagonismo dos setores na gestão e no monitoramento da Unidade de Conservação
 III - apoiar a efetividade da conservação da biodiversidade e a implementação dos objetivos de criação da Unidade de Conservação;
 IV - conhecer, discutir, propor e divulgar as ações da Unidade de Conservação, promovendo ampla discussão sobre seus objetivos ambientais e sociais, bem como sobre a gestão da Unidade;
 V - demandar e propor aos órgãos competentes, instituições de pesquisa e de desenvolvimento socioambiental, ações de conservação, pesquisa, educação ambiental, proteção, controle, monitoramento e manejo que promovam a conservação dos recursos naturais das Unidades de Conservação, sua Zona de Amortecimento ou território de influência;
 VI - propor aos órgãos competentes ações ou políticas públicas de qualidade de vida e apoio ao extrativismo às populações tradicionais beneficiárias da Unidade de Conservação;
 VII - incentivar, no que couber, as populações tradicionais a buscarem sua organização formal perante a sociedade;
 VIII - oficializar os resultados das deliberações de relevante interesse público por meio de resoluções, registradas em ata da reunião correspondente;
 IX - promover ampla discussão sobre a efetividade da Unidade de Conservação e as iniciativas para sua implementação;
 X - formalizar recomendações e moções, registradas em ata de reunião correspondente;
 XI - acompanhar e propor ações para a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão da Unidade de Conservação, em especial os Planos de Gestão;
 XII - estabelecer mecanismos de tomada de decisão que assegurem a efetiva participação da sociedade na gestão da Unidade de Conservação;
 XIII - propor formas de gestão e resolução de conflitos em articulação com os setores envolvidos;
 XIV - debater as potencialidades de manejo dos recursos naturais da Unidade de Conservação, com ênfase na implementação de iniciativas sustentáveis, e XV - criar, quando convier, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas para análise e encaminhamento de especificidades da Unidade de Conservação, facultada a participação de representantes externos, se pertinente.

Art. 7º As normas internas de organização e funcionamento do conselho são previstas no Regimento Interno do Conselho.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Belém, 10 de junho de 2022
 Karla Lessa Bengtson
 Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade - IDEFLOR-Bio
 Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues de Almeida
 Diretoria de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação - DGMUC
 Ronaldo Antônio de Oliveira Farias
 Gerente da Calha Norte II - Florestas de Faro, Paru e Trombetas - GRCNII

Protocolo: 813608**PORTARIA Nº. 383 DE 10 DE JUNHO DE 2022**

Designa Fiscalização de Contrato Administrativo
 A Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 15 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial nº. 33.783, de 17 de janeiro de 2019 e alterações posteriores.
 CONSIDERANDO que confere à Administração a prerrogativa de acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Administrativos celebrados, visando o cumprimento das obrigações contratuais e a prestação adequada dos serviços contratados, nos termos previstos no artigo 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93;
 CONSIDERANDO que a execução e fiscalização dos Contratos Administrativos serão efetivados nos termos desta Portaria, e deverá obrigatoriamente ser acompanhada a execução por um servidor designado para fiscal do contrato, de acordo com o disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações introduzidas;
 RESOLVE:
 Art. 1º. Designar os servidores abaixo, para a função de Fiscais do Contrato nº 06/2022 celebrado com a PROPAGARE COMERCIAL LTDA, a contar da data de assinatura do contrato:

SERVIDOR	PERFIL	MATRÍCULA
Gracialda Costa Ferreira	Fiscal	5961452/1
Tatiana Castro de Assis	Suplente	5868408/3

Art. 2º. São atribuições dos Fiscais do Contrato:
 I - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
 II - Fiscalizar o cumprimento, pelo contratado, das normas, objeto e cláusulas contratuais;
 III - Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
 IV - Confrontar se o valor a ser pago mensalmente ao contratado está em conformidade com o valor estabelecido no contrato, atestando à fatura de pagamento a unidade financeira, juntando, inclusive, termo declaratório que o serviço foi satisfatoriamente executado;
 V - Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
 VI - Apresentar relatórios mensais consolidados sobre a execução do contrato.
 Art. 3º. Fica estabelecido que as determinações que ultrapassem as atribuições do Fiscal deverão ser solicitadas à Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - DAF, em tempo hábil, para a adoção dos procedimentos necessários, com vista ao estrito cumprimento da execução do contrato.
 Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 KARLA LESSA BENGTON
 Presidente do IDEFLOR-Bio

Protocolo: 813130**PORTARIA Nº. 382 DE 10 DE JUNHO DE 2022**

Designa Fiscalização de Contrato Administrativo
 A Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 15 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial nº. 33.783, de 17 de janeiro de 2019 e alterações posteriores.
 CONSIDERANDO que confere à Administração a prerrogativa de acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Administrativos celebrados, visando o cumprimento das obrigações contratuais e a prestação adequada dos serviços contratados, nos termos previstos no artigo 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93;
 CONSIDERANDO que a execução e fiscalização dos Contratos Administrativos serão efetivados nos termos desta Portaria, e deverá obrigatoriamente ser acompanhada a execução por um servidor designado para fiscal do contrato, de acordo com o disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações introduzidas;
 RESOLVE:
 Art. 1º. Designar os servidores abaixo, para a função de Fiscais do Contrato nº 07/2022 celebrado com JPF GRÁFICA E EDITORA LTDA, a contar da data de assinatura do contrato:

SERVIDOR	PERFIL	MATRÍCULA
Karina dos Santos Cardoso	Fiscal	57189985/1
Maria Jalva Costa Braga	Suplente	57197020/1

Art. 2º. São atribuições dos Fiscais do Contrato:
 I - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
 II - Fiscalizar o cumprimento, pelo contratado, das normas, objeto e cláusulas contratuais;
 III - Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
 IV - Confrontar se o valor a ser pago mensalmente ao contratado está em conformidade com o valor estabelecido no contrato, atestando à fatura de pagamento a unidade financeira, juntando, inclusive, termo declaratório que o serviço foi satisfatoriamente executado;
 V - Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
 VI - Apresentar relatórios mensais consolidados sobre a execução do contrato.
 Art. 3º. Fica estabelecido que as determinações que ultrapassem as atribuições do Fiscal deverão ser solicitadas à Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - DAF, em tempo hábil, para a adoção dos procedimentos necessários, com vista ao estrito cumprimento da execução do contrato.
 Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
 PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
 KARLA LESSA BENGTON
 Presidente do IDEFLOR-Bio

Protocolo: 813128